



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639049 - SP (2021/0004366-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FELIPE QUEIROZ GOMES
ADVOGADO : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOÃO ANTÔNIO SORRILHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO ANTÔNIO SORRILHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2286046-76.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se cumprindo pena no regime fechado e teve pedido de progressão ao regime semiaberto indeferido, em razão de ser reiteração de um outro pedido realizado em 8/10/2020.

O impetrante sustenta que o "R. Juízo a quo está a restringir, por sua conta, o Constitucional direito de petição do Paciente sob o argumento de que, para análise do pedido formulado, mesmo com a apresentação do competente boletim informativo e atestado de boa conduta carcerária, só viria a ter seu pedido apreciado após o preenchimento do lapso de 06 (seis) meses a contar da decisão denegatória do pedido anteriormente formulado" (fl. 4).

Requer, liminarmente, que "sejam suspensos os efeitos da decisão que indeferiu o novo pedido de progressão, devendo ser analisado o pleito, pois preenchido os requisitos legais" (fl. 6). No mérito, pugna pela concessão da ordem "declarando inválida a decisão que exige lapso temporal mínimo para nova análise do benefício, confirmando-se a liminar anteriormente decidida" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto assim ficou consignado pelo Tribunal de origem (fl. 10):

A r. decisão (fls. 6) indeferiu o pedido de progressão entendendo ser prematura sua reiteração, " não obstante a LEP não vede nem fixe prazo

para reiteração de pedidos ”, pois “ a situação peculiar do sentenciado não se modificou em tão curto espaço de tempo ”, já que o indeferimento realizado em 8/10/2020, considerou que o “ laudo psicológico apontou condicionantes comportamentais negativos ”.

Nenhum prazo foi estabelecido para reiteração.

Assim, não há decisão acerca de prazo para novo pedido para concessão de benefícios, tornando inviável a apreciação do pedido.

Assim, a questão está prejudicada por falta de interesse processual.

Por outro lado, a estreita via do habeas corpus não se presta ao exame de questões relativas à execução de pena. Assim, havendo irresignação em relação a incidentes na execução, o impetrante deverá formular os pedidos no Juízo da Execução ou, se já proferida a decisão, valer-se do recurso adequado, que não é o *habeas corpus*.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente